

Prazo final para negociação com bancos estrangeiros é 1 de março

O dia 1º de março é o prazo fatal (dead line) das negociações do Brasil com os banqueiros estrangeiros. Se até lá os banqueiros internacionais não tiverem aceito a proposta de renovação automática das amortizações do principal da dívida externa brasileira em 83, o País terá que declarar publicamente sua insolvência, afirmou ontem o diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano.

O Brasil, desde setembro, segundo Serrano, vem evitando se comportar como "caloteiro". Tem pago todas as dívidas em dia ao invés de dar "calote".

O telex enviado anteontem pelo Banco Central do Brasil aos bancos credores que ainda não deram resposta afirmativa às quatro propostas do Governo brasileiro, sobretudo à que diz respeito à renovação das amortizações, avisando que deixa de pagar essas amortizações a partir de 3 de janeiro (segunda-feira), não representa uma moratória, segundo Serrano.

— Moratória — disse o diretor do Banco Central — acontecerá no dia 1º de março, se estes bancos continuarem a deixar de se manifestar favoravelmente ao pedido brasileiro. Por isso é que não existe a hipótese de não. Com um não, o Brasil, a partir de março, vai ao fundo e não ao Fundo. Aí sim, pediremos moratória.

O dia 1º de março é o **dead line** porque é também o prazo final para o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovar o empréstimo ampliado ao Brasil (EFF — extended financial facility) e, ainda o prazo final para os grandes bancos concederem ao País o jumbo de US\$ 4,4 bilhões. Se estes dois empréstimos não estiverem resolvidos até aquela data e se todos os bancos internacionais não tiverem aceito a renovação das amortizações, o Brasil não terá mais dinheiro para pagar a dívida externa.

— Como qualquer empresa — afirmou Serrano — o Brasil tem condições de rolar a dívida, o que fez até hoje. Mas pagar a dívida é impossível. Para pagar teria que quebrar.

US\$ 446 MILHÕES

O Brasil enviou telex a 686 bancos, anunciando que deixaria de pagar as amortizações da dívida, a 686 bancos. São instituições as quais o Brasil teria que pagar amortizações da dívida externa no ano que vem.

O telex foi elaborado pelo Banco Central e pelos grandes bancos es-



José Madeira Serrano

trangeiros, coordenadores do projeto número 2, isto é, os bancos que estão se ressoonsabilizando pelo sucesso da segunda proposta brasileira, a que pede renovação automática das amortizações.

As amortizações que o Brasil deixa de pagar em janeiro — as que vencem no mês — atingem US\$ 446 milhões. Já o volume total de amortizações em 83, devidas a bancos, é de US\$ 4 bilhões.

O esquema montado pelo Brasil, quanto às amortizações que vencem de 3 de janeiro a 31 de janeiro, é o seguinte: as empresas, bancos e o Governo brasileiro vão depositar no Banco Central o valor das amortizações devidas. Essas amortizações se transformarão em depósitos à vista (**demanded deposits**), remunerados com juros. Os juros poderão ser a taxa interbancária de Londres, a Libor, mais 2 1/8 de taxa de risco (**spread**) ou a taxa preferencial do mercado americano, a **prime rate**, mais taxa de risco de 1 7/8. Caberá ao banco credor escolher o tipo de taxa de juros que deseja para a remuneração da parcela de dívida externa que deixa de ser paga. Os juros são garantidos pelo Governo brasileiro.

SEM OPÇÃO

Os grandes bancos, em sua maioria, já aceitaram a proposta do Brasil de transformação do pagamento das amortizações em depósitos à vista remunerados, no Banco Central brasileiro. Mas os bancos que não responderam ainda também terão que aceitar o esquema. Não há opção.

A falta de opção, segundo explicou Serrano, se deve à uma solicitação

dos próprios bancos que já enviaram telex ao Governo brasileiro, dizendo que aceitam a proposta número 2. Para estes bancos, o mercado internacional tem que funcionar em harmonia e na base do "consenso", mesmo que o consenso seja compulsório.

Nenhum banco quer que o Brasil pague com seu dinheiro (do banco) a amortização que deve a outro banco. Principalmente porque se esta hipótese ocorrer, estará furada a proposta número 1 do Governo brasileiro quanto à dívida externa de 83.

A proposta número 1 pede a subscrição, pelos banqueiros internacionais, de um empréstimo jumbo de US\$ 4,4 bilhões. Se o Brasil a partir de 3 de janeiro começar a pagar amortizações do principal aos bancos que não quiseram que suas amortizações se transformassem em depósitos no BC, a necessidade de novos empréstimos em moeda aumentaria e os US\$ 4,4 bilhões não seriam mais suficientes.

SEQÜÊNCIA DE AVISOS

O Brasil, segundo o diretor da Área Externa do Banco Central, não está de forma alguma adotando uma atitude de força contra os bancos que ainda não enviaram resposta, principalmente quanto à proposta número 2, de renovação das amortizações.

Todos os bancos foram avisados em Nova York que teriam que se submeter às propostas brasileiras.

— Houve — disse Serrano — uma seqüência de avisos: a reunião em Nova York no dia 20, a palestra de Langoni e o telex do dia 21.

E o dinheiro não precisa, além do mais, ficar parado no Banco Central. Os bancos internacionais têm a alternativa de reaplicá-lo internamente no Brasil, através de operações 63 ou através de operações regidas pelo Decreto-Lei nº 1431, cobrando spread de 2 1/3 sobre a Libor.

O prazo inicial para a permanência dos depósitos no Banco Central vai de 3 de janeiro até 31 deste mês. Se em fevereiro o Brasil continuar sem resposta ou a resposta for afirmativa, haverá uma renovação automática dos depósitos e o Banco Central pagará uma taxa de renovação (fee).

Serrano está otimista. Crê que até fevereiro todos os bancos tenham respondido ao telex brasileiro e que o Brasil não terá que enfrentar a **dead line** ou **termination date**, ou seja, o 1º de março. Caso a insolvência seja mesmo declarada, os depósitos que estão no BC serão devolvidos a quem depositou.